

En Oliveira, Alisson Rodrigo de Araújo, Nóbrega, Duília Dalyana Ribeiro Santos da y Lima, Maria Sheylla Campos de, *Democracia, instituições políticas e políticas públicas*. Iguatu (Brasil): Quipá Editora.

A Comissão Permanente de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no Senado brasileiro um estudo sobre sua composição.

Pantoja, Jhessica Manuely de Sá y Rubiatti, Bruno de Castro.

Cita:

Pantoja, Jhessica Manuely de Sá y Rubiatti, Bruno de Castro (2021). *A Comissão Permanente de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no Senado brasileiro um estudo sobre sua composição*. En Oliveira, Alisson Rodrigo de Araújo, Nóbrega, Duília Dalyana Ribeiro Santos da y Lima, Maria Sheylla Campos de *Democracia, instituições políticas e políticas públicas*. Iguatu (Brasil): Quipá Editora.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/bruno.de.castro.rubiatti/2>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pchw/Kyo>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

ALISSON RODRIGO DE ARAÚJO OLIVEIRA
DUÍLIA DALYANA RIBEIRO SANTOS DA NÓBREGA
MARIA SHEYLLA CAMPOS DE LIMA

ORGANIZADORES



1^o CONGRESSO DE
CIÊNCIA POLÍTICA
DO NORDESTE



DEMOCRACIA, INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Estudos do I Congresso de Ciência Política do Nordeste

Copyright © dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical, são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Diagramação: Alisson Rodrigo de Araújo Oliveira

Capa: Alisson Rodrigo de Araújo Oliveira, a partir do Canva – canva.com

Identidade visual do Evento: Jeferson Andrade

Revisão e normalização: Autores e Autoras.

Prefácio: Dr. José Maria Pereira da Nóbrega Júnior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D383 Democracia, instituições políticas e políticas públicas : estudos do I Congresso de
Ciência Política do Nordeste / Organizado por Alisson Rodrigo de Araújo Oliveira, Duília
Dalyana Ribeiro Santos da Nóbrega e Maria Sheylla Campos de Lima — Iguatu, CE :
Quipá Editora, 2021.

879 p. : il.

ISBN 978-65-89091-40-0

DOI doi.org/10.36599/qped-ed1.027

1. Ciência política. 2. Democracia. 3. Políticas públicas. I. Oliveira, Alisson Rodrigo de Araújo. II. Nóbrega, Duília Dalyana Ribeiro Santos da. III. Lima, Maria Sheylla Campos de. IV. Título.

CDD 320

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Esta obra foi publicada pela Quipá Editora em março de 2021.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

APRESENTAÇÃO..... 13

1 DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES..... 15

Mais identidade que democracia: analisando as propostas dos partidos que compõem o grupo Identidade e Democracia no Parlamento Europeu para uma Europa mais democrática..... 16
Caio Ponce de Leon Ribeiro Freire

Intolerância, polarização e a manifestação da exceção: a escolha de “inimigos” na democracia (i)liberal..... 41
Clara Skarlleth Lopes de Araujo e José Gutemberg de Sousa Rodrigues Júnior

A crise da participação política no Brasil: uma análise estatística descritiva do período pós - constituição de 1988..... 57
Igor Souto de Araújo Oliveira e Jimmy Matias Nunes

Processo de criação, implementação e institucionalização da Universidade Federal do Pampa na Metade Sul Riograndense..... 78
Liliane Lencina dos Santos

Personalismo, mito e herança política..... 97
Sergio Ricardo Quiroga

1.1 PODER LEGISLATIVO, PARTIDOS POLÍTICOS E RELAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO..... 108

Mudança institucional e emendas ao orçamento da união: mensurando o impacto da EC nº 86 de 2015..... 109
Dayane Rossy Pereira de Oliveira e Ítalo Fittipaldi

A Comissão Permanente de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no Senado brasileiro: um estudo sobre sua composição..... 127
Jhessica Manuely de Sá Pantoja e Bruno de Castro Rubiatti

Opinião pública e a atuação do executivo federal na arena legislativa no Brasil..... 150
John Tenório Gomes

Notas sobre o debate em torno da organização do poder legislativo na ciência política..... 168
Lara Lanny de Oliveira Silva

A Comissão Permanente de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no Senado brasileiro: um estudo sobre sua composição

Jhessica Manuely de Sá Pantoja¹

Bruno de Castro Rubiatti²

RESUMO:

Apesar do crescente interesse nos Estudos Legislativos, observa-se que o Senado é constantemente negligenciado em face a Câmara baixa, com isso, o presente trabalho busca agregar nessa agenda de pesquisa. Por conseguinte, este artigo tem como objetivo descrever e analisar o perfil sócio-político dos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado. Os dados da sua composição foram categorizados em 1) perfil político dos membros (partido político, experiência prévia em cargos eletivos, número de mandatos no Senado), 2) perfil sócio-demográfico (gênero, região, idade), 3) *expertise* e atuação profissional (nível de educação formal, área de atuação profissional). A coleta de dados foi executada com base nas informações disponibilizadas no site do Senado e nos Relatórios Anuais da Presidência do Senado. O recorte temporal engloba as legislaturas dos anos de 2003 a 2018. A CRE se revela um ambiente de defesa de interesses para os governos durante os períodos observados, nota-se forte presença das coalizões de governo. Além disso, vale destacar que a presidência e a vice foram ocupadas de forma análoga pela base governista e sua oposição, refletindo a notoriedade que a comissão possui por suas temáticas. Por fim, sua composição se dá majoritariamente por titulares que ocupam o primeiro e segundo mandato, mas estes senadores possuem experiência prévia em esferas Legislativa e/ou Executiva, ou seja, a comissão demonstra-se valorizada politicamente

Palavras-chave: Senado; Estudos Legislativo; Comissões

ABSTRACT:

Despite the growing interest in Legislative Studies, it is observed that the Senate is continuously neglected in face of the Lower House, so this article seeks to add to this research agenda. Therefore, this article aims to describe and analyze the socio-political profile of the members of the Senate Commission on Foreign Relations and National Defense (CRE). The data on their composition was categorized into 1) political profile of the members (political party, previous experience in elective positions, and number of seats in the Senate), 2) socio-demographic profile (gender, region, and age), 3) expertise and professional performance (level of formal education, area of professional performance). Data were collected based on information made available on the Senate website and on the Annual Reports of the Senate Presidency. The time clipping covers the legislatures from 2003 to 2018. The CRE discloses itself as an environment of defense of interests for the governments during the observed periods, with a strong presence of government coalitions. Moreover, it is worth mentioning that the presidency and vice presidency were occupied in an analogous way by the governing base and its opposition, reflecting the commission's reputation for the aforementioned themes. Finally, the majority of the members of the commission are first and second in office, but these senators have former experience in the legislative and/or executive spheres.

Keywords: Senate; Legislative Studies; System of Commissions.

¹ Graduando em Ciências Sociais pela UFPA. Bolsista de Iniciação Científica. E-mail: jhessicamanuely@gmail.com

² Doutor em Ciência Política pela Unicamp. Professor do programa de Pós-graduação em Ciência Política e da faculdade de Ciências sociais da UFPA. E-mail: bcrubiatti@gmail.com

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem por objetivo analisar a composição da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Brasileiro (CRE), buscando mapear as características dos membros titulares da mesma. Partindo a concepção de que o sistema de comissões no Brasil aponta certo hibridismo institucional, combinando características dos modelos distributivista, informacional e partidário (Araújo, 2017), busca-se analisar como esses elementos se apresentam na CRE no período de 2003 a 2018.

Tanto o estudo do Senado quanto a valorização das comissões no processo legislativo têm despertado interesse na ciência política brasileira recente. Autores como Neiva (2008, 2011), Araújo (2008), Rubiatti (2017), Izumi (2016), Melo e Batista (2012) têm se debruçado sobre o papel e atuação do Senado dentro do arranjo institucional brasileiro. Da mesma forma, Freitas (2016), Almeida (2019), Muller (2005), Pereira e Muller (2000) entre outros buscam destacar o papel das comissões no processo legislativo brasileiro. Dessa forma, o presente trabalho busca contribuir com essa bibliografia, focando na CRE do Senado. A escolha dessa comissão se deve ao fato da CRE ter importante papel na definição das políticas de defesa e de relações exteriores do país. Regimentalmente, cabe a ela analisar proposições referentes aos atos e relações internacionais e ao Ministério das Relações Exteriores; indicar nome para chefe de missão diplomática de caráter permanente junto a governos estrangeiros e das organizações internacionais de que o Brasil faça parte; assuntos referentes as Forças Armadas, requisições militares, passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional, questões de fronteiras e limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo, declaração de guerra e celebração de paz; assuntos referentes à Organização das Nações Unidas e entidades internacionais de qualquer natureza, entre outras funções (RSF, 2019).

Cabe também notar que esse trabalho acompanha outros trabalhos desenvolvidos sobre o sistema de comissões do Senado (Lemos, 2008, Araújo, 2017) e, especificamente, trabalhos que analisaram a composição de outras comissões do Senado: a Comissão de direitos Humanos e Legislação Participativa (Souza e Silva, 2019), a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (Ferreira, 2019), e as comissões cuja a temática é a Fiscalização e Controle (Pereira, 2019)

Para realizar seus objetivos, o artigo se divide em três partes além dessa introdução e das considerações finais. Na seção seguinte, serão apresentadas as

discussões sobre o Senado brasileiro e a importância do sistema de comissões no processo legislativo. Na terceira seção, apresentados quais dados foram trabalhados e os procedimentos utilizados na análise. Na sequência serão discutidos os resultados encontrados, permitindo caracterizar a referida comissão.

SENADO E COMISSÕES NOS ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIROS

Os Estudos Legislativos no Brasil apresentam uma concentração de trabalhos abordando a Câmara dos Deputados, ficando o Senado Federal em segundo plano (Rubiatti, 2019). Todavia, esse quadro das pesquisas não condiz com a própria configuração do bicameralismo brasileiro. Ao tratar dessa questão é apontado que nosso sistema bicameral é forte: conjuga poderes legislativos simétricos entre as câmaras e incongruência na forma de seleção dos membros de cada casa (Araújo, 2012; Rubiatti, 2017; Llanos & Nolte, 2003). Sendo assim, torna-se necessário esforços de pesquisa sobre essa casa legislativa para uma melhor compreensão do sistema político brasileiro.

Nesse sentido nota-se um crescimento de estudos sobre o Senado, abordando temas como a produção legislativa dessa casa (Araújo, 2008; Ricci, 2008), as funções de controle (Lemos & Llanos, 2008), o papel revisor da câmara alta (Rubiatti, 2017), os padrões de comportamento dos Senadores (Neiva, 2011a, 2011b; Neiva & Soares, 2013; Melo & Batista, 2012; Izumi, 2016), a carreira política no Senado (Lemos & Ranincheski, 2008). Dessa forma, observa-se que há uma agenda de pesquisa sobre a segunda câmara. Esse trabalho busca contribuir com essa agenda a partir o estudo de uma comissão específica dessa casa: a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Assim como o Senado, os sistemas de comissões também foram deixados em segundo plano pelos estudos legislativos. Para Freitas (2016), a imagem do baixo poder negativo das comissões – notado principalmente pelo uso do Pedido de Urgência – levou parte dos pesquisadores a considerarem as comissões fracas e de menor importância. Porém, ao analisar os projetos de iniciativa do Executivo, a autora (Freitas, 2016) aponta o papel central que as comissões e seus relatores tem na aprovação e emendamento das matérias. Complementarmente, os pedidos de urgência também são feitos após o trâmite nas comissões, isto é, não visam excluir as comissões do debate sobre as propostas, mas sim colocar os projetos na pauta de votação do plenário.

Somado a isso, Almeida (2019) destaca que nos últimos anos houve um crescimento da produção legislativa oriunda do próprio Congresso Nacional e essa

transformação foi acompanhada de um aumento no protagonismo das comissões. Porém, esse protagonismo não se deve apenas à produção legislativa dos próprios Congressistas, uma vez que se observando apenas os projetos de iniciativa presidencial também houve um incremento no papel exercido pelas comissões. Dessa maneira, o estudo das comissões torna-se relevante para uma melhor compreensão do processo legislativo devido ao papel desempenhado por elas nas alterações, discussões e negociações sobre os projetos e mesmo pelo seu poder de decidir terminativamente/conclusivamente e propor projetos próprios.

Ao se estudar os sistemas de comissões, três modelos de comportamento legislativo formulados para as pesquisas sobre o congresso dos EUA são referências. O primeiro modelo é o chamado distributivista. Grosso modo, esse modelo aponta a questão da conexão eleitoral como central para a compreensão do comportamento legislativo. Nessa perspectiva, os parlamentares visam a reeleição e, para atingir esse objetivo traçam estratégias para conquistar os votantes de seu distrito eleitoral. Nessa lógica, o parlamentar individual buscaria aprovar políticas que levem benefícios para seus respectivos distritos, uma vez que eles não teriam condições de alterar as grandes tendências nacionais (Mayhew, 2004). Assim, nesse modelo, a questão central é “quem ganha o que, e à custa de quem?”, isto é, trata da decisão sobre a alocação de recursos para os distritos eleitorais dos congressistas, e como distribuir os custos dessa alocação” (Rubiatti, 2019).

Nesse modelo cada comissão seria responsável pelas políticas direcionadas para áreas temáticas específicas, sendo ocupadas por legisladores fortemente interessados nessa temática. Consequentemente, a posição da comissão será extremada, uma vez que em sua composição é predominante a presença de *outliers*, e homogênea, ficando distante da posição média do plenário. Por fim, esse tipo de organização geraria uma espécie de acordo tácito, onde nenhum parlamentar de outra comissão se colocaria contrário ao que foi decidido em outra comissão (Mayhew, 2004).

O segundo modelo é o informacional, nele a questão central gira em torno da necessidade de informação: os parlamentares precisam decidir sobre um grande número de políticas complexas, por isso necessitariam de maior grau de informação para evitar que suas escolhas deem resultados negativos (Rubiatti, 2019). Porém, para gerar essas informações é necessário que os parlamentares tenham experiência e conhecimento nas suas áreas de atuação. Como adquirir essa *expertise* demanda recurso, o Legislativo se organizaria de forma a gerar incentivos suficientes para que seus membros se

especializem em determinadas áreas e que compartilhem a informação gerada com os membros do Congresso, gerando ganhos informacionais coletivos (Krehbiel, 1991).

Nesse sentido, as comissões servem para gerar esses incentivos. Para tanto, nesse modelo, elas possuiriam como características: 1) não serem compostas por membros com preferências extremas, 2) apenas excepcionalmente membros com preferências extremas comporão as comissões – em casos onde “os custos de especialização desses membros forem menor que a perda informacional que acarretam” (Rubiatti, 2019, p.15) –, 3) a composição seria heterogênea pois isso geraria ganhos informacionais, 4) o Legislativo se organizará a partir de regras restritivas, isto é, reforçariam as comissões frente ao plenário, dando primazia as primeiras no processo decisório relacionados as temáticas específicas tratadas por elas (Krehbiel, 1991).

Por fim, o modelo partidário aponta o papel central que os partidos – e suas lideranças – exercem no processo legislativo. Parte-se da noção que a imagem do partido – conseguida a partir da aprovação de políticas – é um bem coletivo, beneficiando todos os seus membros. Dessa forma, a busca por objetivos individuais ou paroquiais podem enfraquecer a imagem do partido, gerando conflitos entre seus membros, o que prejudicaria a todos os integrantes do partido. Assim, buscando evitar esse desgaste, os Legislativos se organizariam de forma a fortalecer a figura do líder partidário, o dotando de maiores recursos para que, a partir da distribuição desses recursos, eles induzam um comportamento disciplinado (Cox & McCubbins, 1993). Aqui o central é o controle da agenda legislativa e as comissões ganham importância na medida que servem de filtro para as propostas que chegarão (ou não) a uma decisão. Dessa maneira, elas são compostas por membros que consigam defender a posição dos respectivos partidos, garantindo a aprovação de políticas benéficas para eles ou barrando as indesejadas. Em suma, “as comissões seriam espaços privilegiados para o controle da agenda que chega ao plenário. Por esse motivo, a ocupação delas se daria de forma a garantir que os membros que apresentassem lealdade aos interesses da maioria do partido as ocupassem.” (Rubiatti, 2019, p. 16)

Cabe notar que a análise dos sistemas de comissões brasileiros parte desses três modelos, entretanto, haveria certo hibridismo nas nossas instituições, isto é, nenhum desses modelos será encontrado de forma plena no país, mas a organização das comissões permite enxergar traços desses modelos no seu funcionamento, havendo inclusive variações entre as diferentes comissões (Araújo, 2017). Tendo isso em mente, a presente

pesquisa busca analisar a CRE a partir das indicações desses modelos, buscando traços que caracterizariam essa comissão específica.

METODOLOGIA

A pesquisa consiste em um estudo exploratório sobre a ocupação dos cargos de titulares na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado brasileiro. Para tanto foram coletados os dados dos parlamentares que fizeram parte dessa comissão entre os anos de 2003 e 2018, cobrindo, dessa forma, quatro legislaturas completas. A escolha desse recorte temporal se deve a dois motivos: 1) o crescimento da atuação das comissões desde o início dos anos 2000 apontado por Almeida (2019) e 2) a última grande reforma do sistema de comissões do Senado ocorre em 2005, dessa forma, como optou-se por trabalhar com legislaturas completas, iniciamos a coleta e análise de dados a partir do ano de 2003.

Para a pesquisa foram coletados nos Relatórios Anuais da Presidência do Senado a identificação dos membros titulares da comissão e o partido a qual pertenciam na época. Após essa identificação, as informações sobre gênero, região, número de mandatos no Senado, experiência prévia em outros cargos eletivos, tipo de mandato exercido no senado (titulares ou suplentes) nível de escolaridade e profissão declarada foram coletados na seção de biografias do próprio Senado. Cabe aqui destacar que foram trabalhadas todas as entradas de senadores como titulares na CRE, não apenas os indicados no começo do período. Dessa forma, os dados aqui trabalhados nos permitem observar as mudanças ocorridas na comissão, mesmo dentro de um mesmo mandato dela. Lembrando que um mandato em comissão no senado tem duração de dois anos, porém, regimentalmente, os líderes partidários podem substituir os indicados a qualquer momento. Por esse motivo, trabalhar com todos os parlamentares que ocuparam cargos de titulares na comissão permite uma melhor imagem de sua composição. No período se observou 341 entradas de parlamentares na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), sendo 90 parlamentares distintos.

RESULTADOS ENCONTRADOS

Visando contribuir com a agenda de pesquisa sobre o senado e seu sistema de comissões, essa seção apresenta os dados sobre a ocupação dos postos de titulares na

CRE, buscando visualizar como esses postos são distribuídos entre os senadores. A pergunta a ser respondida é “como se dá a ocupação dos cargos dentro da comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional? É possível identificar características informacionais ou partidária nessa comissão?”. Dessa forma, a presente seção traz os resultados sobre o perfil desses parlamentares.

Tabela 1 – Ocupação das cadeiras de titulares na CRE por partido em porcentagem (2003-2018)

Partido	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2018	Total no período
MDB/PMDB	27,1	23,5	29,1	24,7	26,2
PSDB	14,1	14,8	14,6	16,4	15
PT	15,3	9,9	13,5	14,1	13,2
DEM/PFL	22,4	18,5	4,5	4,7	12,3
PTB	7,1	8,6	10,1	2,4	7
PDT	5,9	4,9	4,5	9,4	6,2
PSB	2,3	6,2	5,6	3,5	4,4
PR		4,9	5,6	2,4	3,2
PP		2,5	4,5	4,7	2,9
PCdoB			4,5	3,5	2,1
PRB	2,3	6,2			2,1
PPS	3,5			1,2	1,2
PSC				4,7	1,2
PSD				4,7	1,2
PSOL			3,4		0,9
PTC				2,4	0,6
PSL				1,2	0,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado

Diante dos dados coletados, ao traçar um padrão dos partidos que ocuparam as cadeiras de titulares da CRE, constatou-se que ao longo das 4 legislaturas há um forte predomínio de MDB/PMDB, PSDB, PT e DEM/FFL, juntos estes partidos atingem no período de 2003-2006, uma ocupação de 78,6%. No primeiro governo do Lula, o partido do mesmo, alcança sua maior representação dentro da comissão, cerca de 15,3%, a partir desse ponto nota-se uma queda nos anos seguintes, chegando à 9,9%, ainda que haja um aumento subsequente, o partido do governo não demonstrou muito interesse ou capacidade de ter uma maioria na comissão.

Além disso, vale destacar a forte capacidade do MDB/PMDB em participar da comissão, observa-se sempre uma alta frequência, assegurando o primeiro lugar em todos os anos, atingindo até, 29,1% na 54ª legislatura, durante o governo Dilma I. Já na última legislatura completa, que agrega o Governo Dilma II – até o impeachment em 2016 – e o governo de Temer, o partido detém de uma porcentagem de 24,7% de cadeira na comissão. Por outro lado, o DEM/PFL que nos dois primeiros períodos possuía 22,4% e 18,5% de atuação, respectivamente, apresenta um grande declínio, pontuando 4,5% e 4,7% nas legislaturas de 2011-2018, tal acontecimento pode estar relacionando também com a queda de

representações que o partido teve no plenário no mesmo período. Já o PSDB mostra-se como o partido mais estável ao decorrer dos anos, com pouca variação, mantendo-se em 14% nas 3 legislaturas iniciais e com um aumento de 1,8% na última legislatura. Outro ponto visível é o alto número de partidos que se somam na comissão na última legislatura: são 15 partidos, 4 a mais em comparação a legislatura anterior, tornando-a mais plural e fragmentada.

Gráfico 1 – Ocupação de cadeiras pela coalizão (porcentagens)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado

Devido ao alto número de partidos existentes no Legislativo brasileiro, torna-se recorrente a prática de formação de coalizões de governo (Figueiredo e Limongi, 1998). Por esse motivo, o gráfico 1 mostra o tamanho da coalizão entre os membros que ocuparam a CRE, permitindo, dessa forma, observar o controle da coalizão sobre a comissão. Para definir as coalizões, foi utilizado a Base de dados do CEBRAP, onde são definidos como partidos da coalizão os que 1) possuem cargos ministeriais e/ou 2) declaram formalmente fazer parte da base do governo.

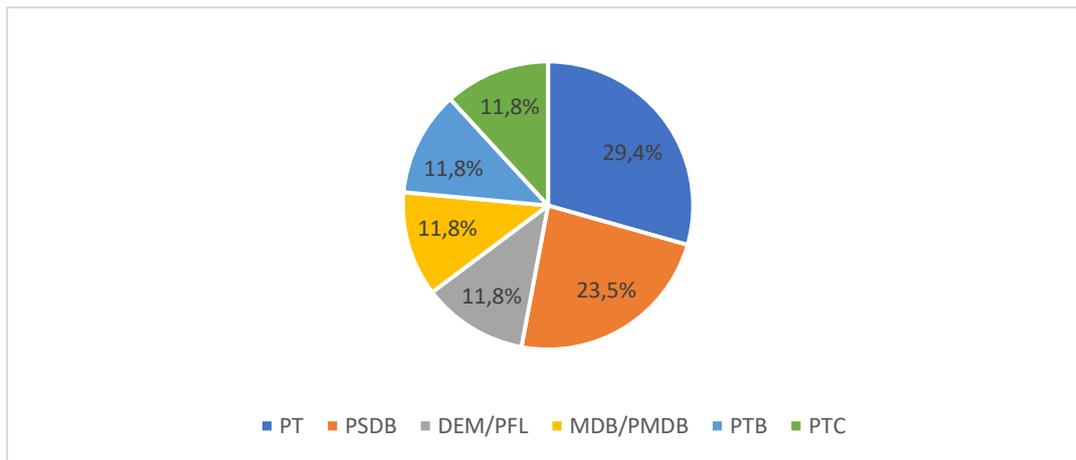
Como é possível notar, no primeiro ano da 52ª legislatura, havia pouca participação da coalizão, o que pode estar relacionando com pouco interesse do governo, mas, principalmente, com a baixa presença da coalizão em plenário. Cabe notar que em 2003 a coalizão do governo Lula não contava com a participação do PMDB, maior bancada no Senado na época. Sendo assim, essa baixa participação da coalizão no plenário impacta a presença da coalizão na CRE, uma vez que há um princípio de proporcionalidade na ocupação das cadeiras das comissões.

Esse cenário sofre alterações a partir de 2004, onde percebe-se um aumento significativo de 13,4 pontos percentuais, sendo que a coalizão atinge a marca de 50% das

cadeiras na comissão. Nos anos seguintes, o governo optou por formar coalizões mais amplas, fortalecendo sua base de apoio, haja visto que, nos 4 mandatos do PT, o índice ficou acima de 50%, alcançando níveis de 68,4% com o presidente Lula, e 70% no mandato do governo de Dilma. É importante notar que os únicos momentos que a coalizão enfraquece, diz respeito aos anos de eleição, em 2006 com 52,6%, 2010 com 61,9% e 2014 com 60%. Essa queda pode estar ligada com ao calendário eleitoral: nesses anos a coalizão perde alguns membros uma vez que os partidos tendem a visarem mais mecanismos para reeleição e buscam melhores estratégias eleitorais, muitas vezes abandonando a base do governo.

Porém, não apenas houve decréscimo em anos eleitorais, mas também no ano do impeachment da presidenta Dilma, regressando para 50%, a menor porcentagem desde 2004. O ano de 2016 representa uma crise na coalizão, sendo que o segundo governo Dilma teve quatro coalizões diferentes só nesse ano. Essa instabilidade na coalizão acaba por afetar o seu tamanho e as possíveis estratégias de ocupação das comissões.

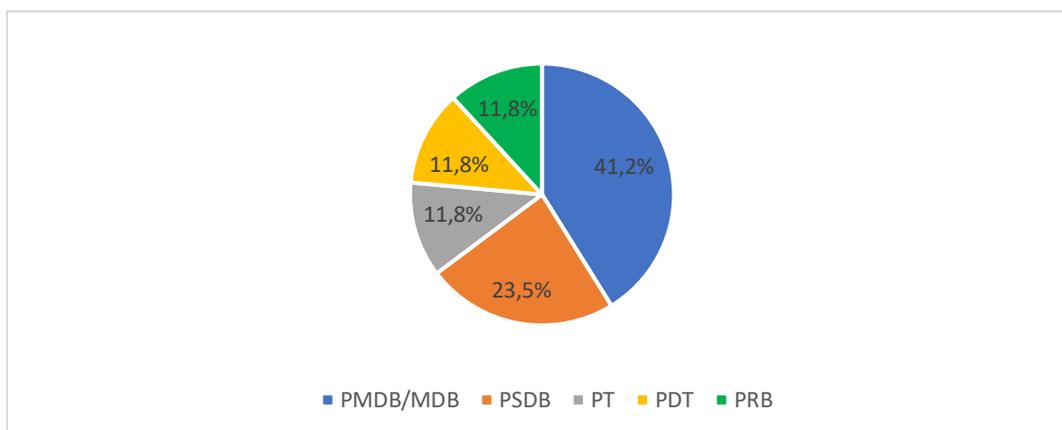
Outro ponto a se destacar da ocupação partidária na CRE é a ocupação dos cargos de presidente e vice-presidente. O destaque a esses cargos se deve ao papel desempenhado pelos mesmos na organização dos trabalhos da comissão. Para Aguiar (2013, pg. 144) “O poder de agenda do presidente da comissão é explícito, na medida em que ele é quem define a pauta da comissão e, por isso, escolhe os projetos que deverão estar sujeitos à deliberação do colegiado”. Cabe a ele a definição da agenda de trabalho da comissão, a indicação de relatores entre outros poderes regimentais que o tornam um ator chave no processo legislativo. Dessa maneira, ocupar o cargo de presidência nas comissões, permitiria um maior controle do partido ou coalizão sobre a agenda legislativa da temática tratada pela mesma.

Gráfico 2 – Partidos dos Presidentes da CRE

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado

Quanto a relação dos partidos dos presidentes, o gráfico 2 nos mostra a liderança do PT, representada por 29,4%, seguida pela oposição, representada pelo PSDB, que possui 23,5%. É interessante pontuar que na primeira legislatura, de 2003-2006, mesmo período do primeiro mandato do governo Lula, todos os presidentes titulares pertenciam ao PT, o que denota o interesse do partido em estar na liderança da comissão, ainda que não fossem maioria. Em contraste a isso, nas legislaturas seguintes observa-se uma forte inclinação do partido de oposição na ocupação da presidência da CRE, demonstrando seu interesse nas temáticas ligadas a CRE, possibilitando que a mesma tivesse uma atuação mais oposicionista.

O PMDB/MDB também ocupa a presidência da comissão, porém não durante o governo Temer (PMDB): a presidência da CRE foi ocupada por esse partido nos anos de 2013 e 2014, ou seja, final do primeiro mandato de Dilma (PT), enquanto o partido fazia parte da coalizão governista, mas não ocupava o cargo de chefe do Executivo. Já no governo chefiado pelo PMDB, a ocupação de presidência de CRE ficou a cargo do PSDB – eleito ainda em 2015, durante o governo Dilma – e do PTC, que não faz parte da coalizão de governo.

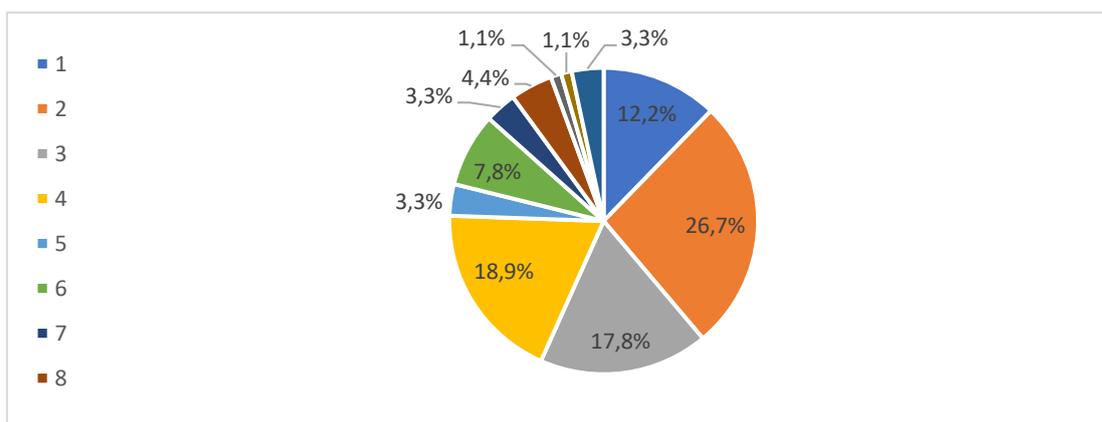
Gráfico 3 – Partidos dos Vice-Presidentes da CRE

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado

Ademais, é interessante notarmos os partidos dos vice-presidentes dessa comissão. O gráfico 3 é de salientar que o partido da coalizão, o PMDB/MDB ocupou 41,2% das vezes os cargos de titulares como vice. Vale destacar que, como visto anteriormente, o PT ocupou a maioria das cadeiras como presidente, e agora percebe-se que um partido de sua coalizão ocupou mais frequentemente o cargo de vice, evidenciando o interesse por parte do governo pelas pautas da CRE. Além disso, destaca-se também a importância que a oposição deu para comissão, o PSDB esteve na vice-presidência cerca de 23,5%, assim como na presidência, o partido foi sempre o segundo em maior número de ocupações, indicando que há espaço de atuação para a oposição na CRE.

Outro aspecto importante para destacar é o tempo médio que os parlamentares estão atuando dentro da comissão, os dados do gráfico 4, denotam que os senadores em sua maioria não permanecem por mais de 2 anos, e somente 4,4% concluiu o período de um mandato de Senador (8 anos) e 5,5% ultrapassam o tempo de um mandato de senador na CRE. Dessa forma, o tempo médio de experiência na CRE é de 4,4 anos. Em suma, percebe-se uma baixa permanência, ou seja, os parlamentares não demonstram buscar uma maior *expertise*. Este cenário entra em divergência com a teoria informacional, que por sua vez, defende uma concessão de poderes às comissões a fim de incentivá-las a se especializarem (*expertise*), com um ganho de informações, estes parlamentares, seriam mais aptos a controlar o processo legislativo de sua área de atuação (Nascimento, 2012).

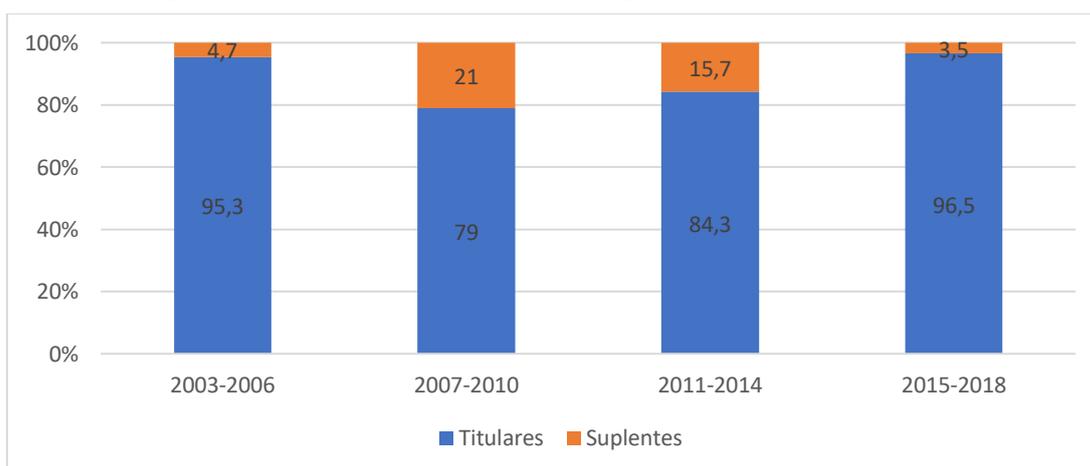
Gráfico 4– Distribuição dos parlamentares por tempo (anos) na CRE



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado

A baixa permanência na comissão pode estar ligada com o poder que o Colégio de Líderes possui para nomeações. Este por sua vez, tem propensão a trocar os parlamentares após um tempo, com a finalidade de estimar a lealdade do mesmo com sua agenda, dessa forma se aproximando da imagem posta pela teoria partidária, onde a liderança indicaria parlamentares de acordo com os interesses do próprio partido. Outrossim, salienta-se 4 senadores que permaneceram por mais de um mandato, o Eduardo Suplicy (PT), Cristovam Buarque (PPS), Pedro Simon (PMDB) e José Agripino (DEM), este que permaneceu por 12 anos, e aparece tanto em 2003, como em 2018, primeiro e último ano computado respectivamente.

Gráfico 5 – Tipo de mandato no Senado: titulares e suplentes



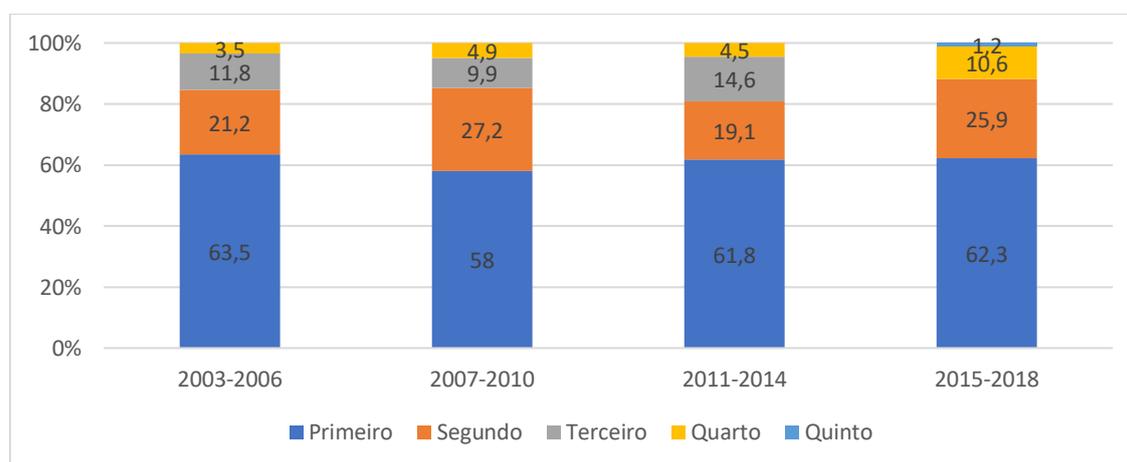
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado

Para além disso, o tipo de mandato que os candidatos exercem no Senado é um ponto importante para se destacar. Os suplentes no plenário configuram um papel relevante dentro desse

contexto, pois ocupam o cargo de titulares na comissão e uma forte presença destes numa comissão pode indicar que essa não é central para o processo legislativo, já que os parlamentares eleitos não estão tendo interesse em participar. Fato este que não é observado dentro da CRE, onde de acordo com o gráfico 5, a atuação de titulares nas legislaturas 52ª e 55ª se mostrou predominantemente ativa, tendo 95,3% e 96,5% de participação, respectivamente. Ainda que entre 2007 a 2014 haja um aumento, este é seguido de um decréscimo. Dessa forma, os titulares mostraram forte presença dentro dessa comissão.

A preocupação que gira em torno dos suplentes, está relacionada a diversos fatores, principalmente quando observa-se que eles correspondem a 16% dos votos no plenário do Senado, ou seja, são figuras exercendo o poder, participando de pautas e discussões políticas ainda que não tenham sido eleitas diretamente, uma vez que, não há um respaldo político para se chegar ao cargo. De acordo com Neiva e Izumi (2012), há indícios de que essas ocupações são preenchidas geralmente por aqueles que financiaram campanhas de um senador, ou por aqueles que possuem ligação parental. Além disso, os suplentes carregam em si um aumento de incertezas, pois nada os obrigaria a seguir orientações da liderança, já que, não há em muitos o pensamento de ser reeleito, ou de seguir uma carreira política dentro do congresso ou do partido, conseqüentemente, poderão voltar-se para suas demandas individuais e votar de acordo com seus interesses.

Gráfico 6 – Número de mandatos no Senado

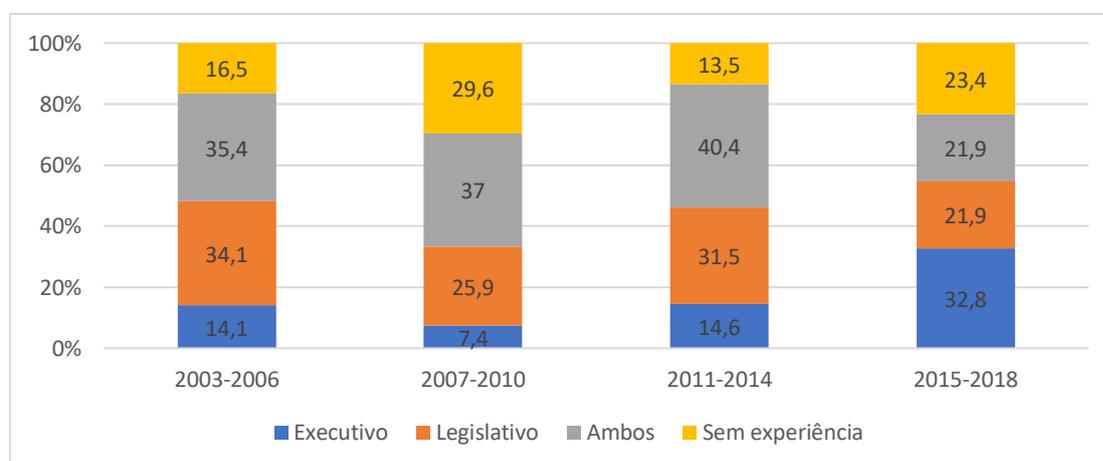


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado

O gráfico 6 apresenta o número de mandatos no Senado dos titulares da CRE. Observa-se que os titulares dessa comissão se encontram predominantemente no primeiro e no segundo mandato, respectivamente. Todavia, há uma porcentagem considerável de

senadores ocupando pela terceira e quarta vez postos no Senado, alçando uma representação de 19,1% na 54ª legislatura (2011-2014). Verificou-se um caso de quinto mandato na 55ª legislatura (2015-2018) – Edison Lobão (MDB). A ideia que paira nessa discussão é que parlamentares experientes ocupariam comissões centrais, e parlamentares inexperientes ocupariam comissões periféricas. Entretanto, levando em consideração que um mandato possui 8 anos de duração, o mesmo seria tempo considerável de experiência. Bem como, estar no primeiro mandato não significa que os parlamentares não possuem práticas políticas, pois como constatado nos dados a seguir, muitos destes dispõem de carreias em outras esferas do Legislativo e mesmo no Executivo.

Gráfico 7 – experiência prévia em cargos eletivos



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado

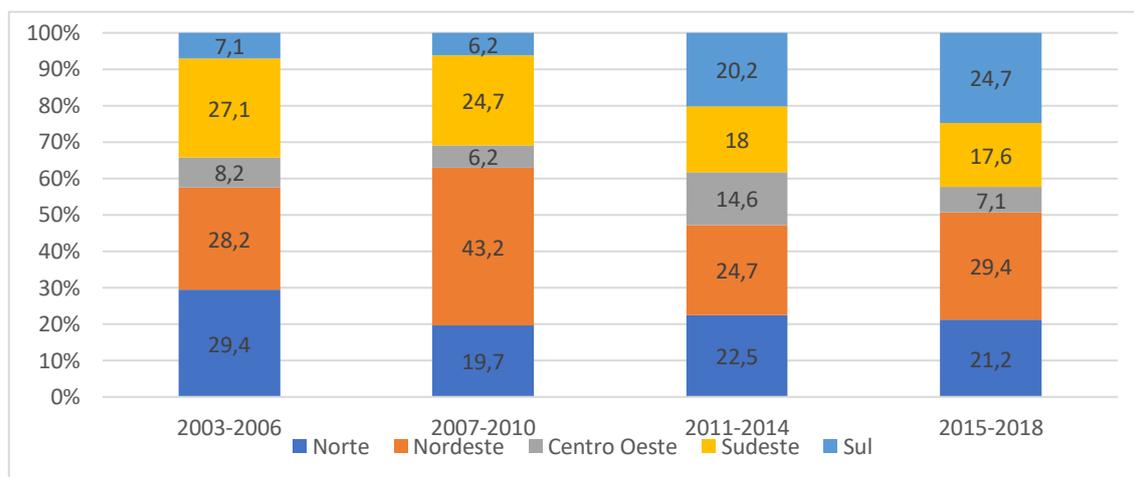
Ante o exposto, o gráfico 7 apresenta a relação dos senadores com e sem experiência prévia nos postos de titulares da CRE. Nota-se uma forte presença de parlamentares que já possuíam carreiras políticas em ambos cargos eletivos, exceto pela última legislatura, onde ocorre uma queda para 21,9%. Porém, essa queda é acompanhada de um aumento significativo daqueles que dispõem apenas de experiência no Executivo (32,8%).

Outro ponto importante a se destacar, é o padrão de forte inserção destes no âmbito Legislativo: se somado, por exemplo, na 54ª legislatura, a experiência no Legislativo com a experiência prévia em ambos os poderes, se chega a 71,9%. Contudo, os sem experiência correspondem a uma porcentagem significativa dentro desse contexto, observa-se 29,6% na 53ª legislatura. Esse fato pode estar relacionado com o alto grau de

suplentes no período, uma vez que estes parlamentares, muitas vezes, não demonstram interesse de disponibilizar suas informações biográficas no site do Senado.

Portanto, apesar de haver uma predominância dos senadores em primeiro mandato, o estudo mostra que eles são parlamentares já inseridos na carreira política, com experiência prévia nas instâncias Executiva e Legislativa, e muitos com experiência em ambos os ramos do Estado, antes de adentrarem no Senado.

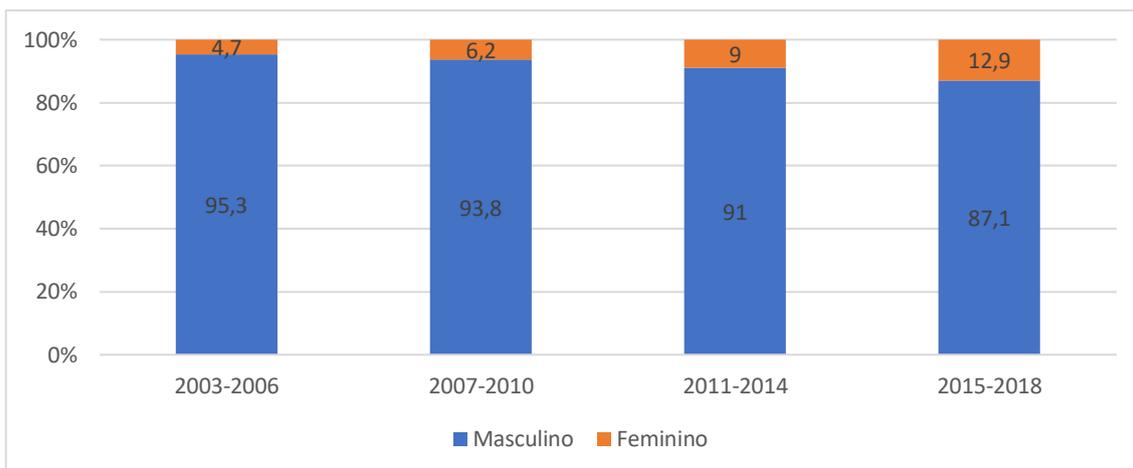
Gráfico 8 – Distribuição Regional dos membros da CRE



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado

No que concerne ao aspecto de região, é notório a forte presença das regiões Norte e Nordeste na comissão, seguido de um aparente interesse da região Sudeste em participar. A princípio, na 52ª legislatura, o Norte tem sua maior representação (29,4%), quadro este que muda nos anos seguintes, perdendo seu posto para o Nordeste e ficando atrás do Sudeste no período de 2007-2010. Na sequência, vale ressaltar a crescente presença da região Sul na CRE, que passou de 6,2% para 20,2%, chegando a 24,7% em 2015-2018. Tendo em vista que esta possui uma das menores representações no Senado, é um grau considerável de titulares. Ademais, cabe notar a pouca presença do Centro Oeste na CRE.

Outrossim, a atuação significativa do Norte e Nordeste na comissão pode ser explicada pela relação de cadeiras que estas regiões possuem no plenário, sendo o Nordeste com a maior representação, estaria apenas representada, seguida do Norte, que possui o segundo maior número de cadeira. Dessa forma, não é possível afirmar que haja algum tipo de recorte regional na ocupação das cadeiras da CRE.

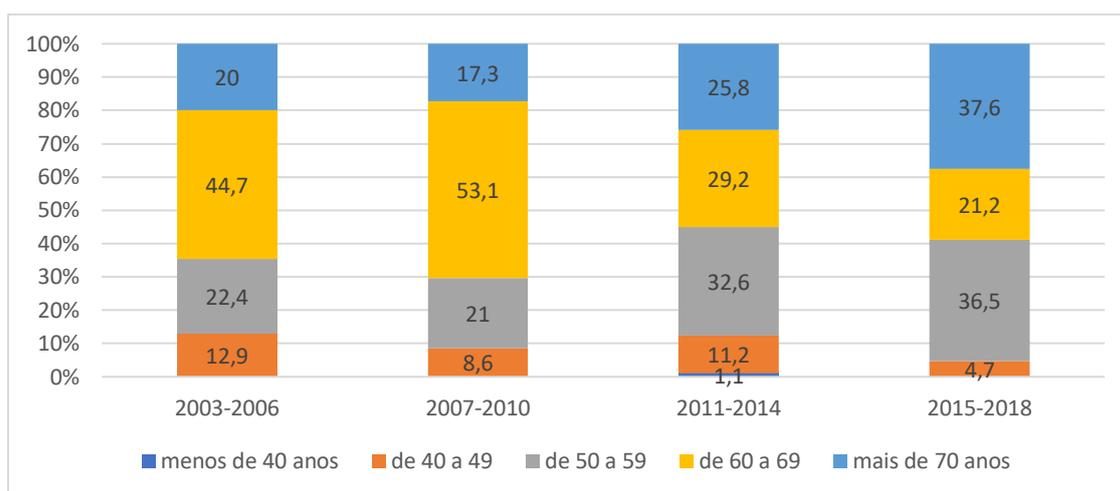
Gráfico 9 – Distribuição dos titulares de acordo com o Gênero

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado

Não obstante, é impossível deixar de lado o papel que as mulheres possuem dentro do Senado, sabe-se que esses espaços por muitos anos eram negados a este público, que vieram a ter direito de voto somente a partir de 1930, tal realização demonstra um retardo na universalização da política para mulheres. Hodiernamente, mesmo que tal conjuntura tenha mudado, as mulheres ainda lidam com diversos entraves que não permitem sua ascensão plena. Igualmente, nota-se que a CRE, de acordo com o gráfico 9, se mostra como um cenário ocupado majoritariamente por homens, onde mulheres alcançam apenas 12,9% de cadeiras no período de 2015-2018, em contraste com a maior ocupação masculina que chega à 95,3% na primeira legislatura observada. Apesar de haver um crescimento ao longo das legislaturas, é muito ínfimo, denotando o quão distante o público feminino está de conseguir equidade.

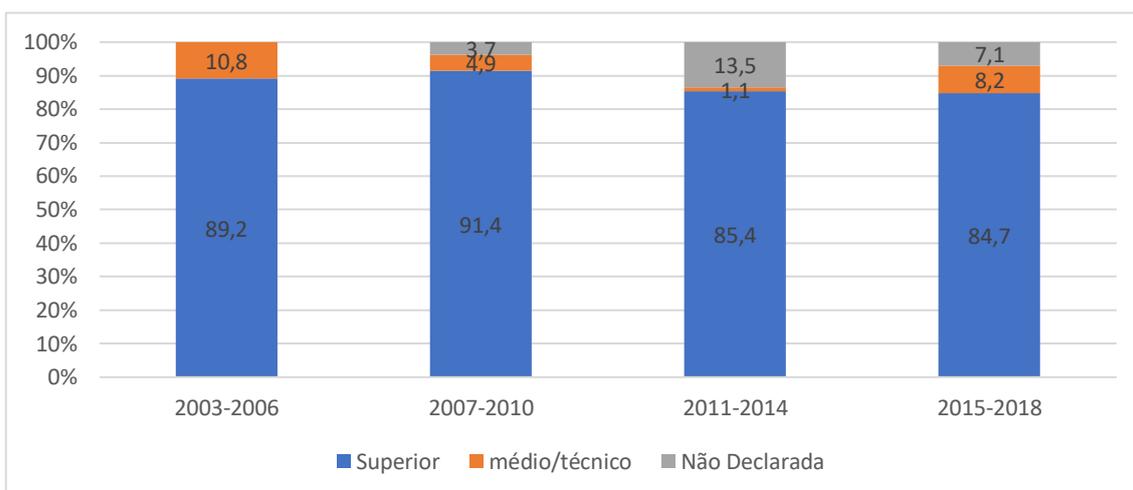
Para além disso, Perlin (2019), incita o debate da polarização acerca da natureza do sexo que envolve os espaços da política, ou seja, sobra como *locus* de atuação para as mulheres áreas vinculadas a política e cuidado, política social, e desse modo, também os eleitores tendem a apoiar mais quando se envolvem com temáticas voltada para a saúde, educação, crianças e etc. A razão para isto está na ideia de que as mulheres são vistas com predisposições naturais para o cuidado e a empatia. Consoante a isso, a CRE seria vista como uma das áreas de espaço “masculino” dentro do Senado, sendo ocupada predominantemente por homens, ademais, nos dados computados das 4 legislaturas, não houve sequer uma vez que a presidência ou vice, tenha sido ocupada por mulheres.

Gráfico 10 – Distribuição dos titulares de acordo com a idade



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado

No tocante a idade dos parlamentares da CRE, o gráfico 10 demonstra, inicialmente, uma comissão com faixa etária predominante em 60 a 69 anos, tendo sua maior frequência na 53ª legislatura, alcançando uma representação de 53,1%, contudo, tal quadro passa a decair nas legislaturas seguintes, onde candidatos com idade de 50 a 59 anos ganham ênfase frente a esse cenário. Vale ressaltar ainda, um caso de senador com idade abaixo dos 40 anos, desempenhado pelo Randolfe Rodrigues do PSOL, na 54ª legislatura (2011-2014), não obstante, a CRE mostra-se uma comissão configurada por parlamentares de faixa etária elevada, o que se comprova ao observarmos 37,6% da casa acima de 70 anos de idade no período de 2015-2018. Nesse contexto, novamente, entra a discussão de que parlamentares mais velhos seriam mais experientes, com maior tempo de carreira e tenderiam a serem mais aptos a ocuparem o cargo de senador, e consequentemente iriam se inclinar a ocupar comissões mais relevantes, ou seja, a idade age como uma *proxy* dessa experiência.

Gráfico 11 – Nível de formação dos parlamentares

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado

O gráfico 11 refere-se ao nível de formação dos parlamentares. Nota-se uma comissão composta majoritariamente por senadores que possuem o ensino superior, com uma frequência superior a 84% no decorrer das 4 legislaturas, o que pode estar intrinsecamente ligado com a alta frequência que a Casa possui, pois o senado é composto por muitos parlamentares experientes em formação superior. Ademais, a alto grau que se verifica de “não declarado” em 2011-2014, pode estar conectado com a entrada de suplentes no mesmo período, uma vez que, estes parlamentares não possuem tendência em declarar suas informações no site do Senado.

Tabela 2 – Relação de profissões dos titulares da CRE

Profissão declarada	Porcentagem
Advogado	16,3
Professor	13,0
Empresário	10,6
Jornalista/radialista	8,1
Engenheiro	6,5
Economista	5,7
Administrador	4,9
Médico	4,9
Político	3,3
Servidor público	3,3
Agropecuarista/agricultor	2,4
Contador/técnico em contabilidade	2,4
Outros	8,9
Sem Informação	9,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado

Por fim, a 2ª tabela apresenta a relação das profissões desempenhadas pelos parlamentares da CRE, constata-se a predominância de advogados, professores e empresários, tal frequência é muito próxima com a frequência da Casa, devido ao alto número dessas profissões, sendo assim, é esperado que haja uma constância alta de advogados e empresários dentro desse contexto. Além disso, tematicamente seria dificultoso delimitar uma profissão para a comissão tendo vista sua amplitude, pode-se dizer que por interesses financeiros e de exportação, o economista ou empresário, por questões de defesa, militares e setores ligados a segurança pública.

Da mesma forma, por tratar de questões diplomáticas, outros ramos profissionais também apresentariam experiência para atuar na comissão. Enfim, não há uma definição tão clara para quais seriam as profissões vinculadas a área de atuação da CRE. Outro destaque notório é que os parlamentares não estão sendo escolhidos por terem uma experiência profissional prévia na área, não há uma escolha de profissionais vinculados a área de segurança e defesa nacional, ou internacionalista ou especialista na área de relações exteriores, o que tem de fato é a escolha de parlamentares mais experientes, eles são politicamente mais experientes. De acordo com Santos (2002, p. 251): “A melhor estratégia para aferir o grau de especialização prévia de um deputado em determinada matéria é atentar para sua experiência profissional. Quando não há na bancada profissionais bem informados nos temas relacionados com a atividade da comissão, os líderes vão procurar proxies em experiências profissionais prévias.”, ou seja, os líderes indicam pela experiência profissional, e quando não dá pra ser, indicam pela experiência política, é em razão disto que a comissão se torna valorizada politicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, com o aumento dos poderes das Comissões Permanentes após a Constituição de 88, principalmente no que se refere ao poder decisório, surgiu um interesse dos pesquisadores da ciência política em explorar essa área de estudo. É nesse sentido que o presente trabalho se encaixa. Diante disso e dos resultados obtidos pela análise, observa-se que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é ocupada, predominantemente, pelo PMDB, e o interesse do partido pelas temáticas manifesta-se também, ao ser o mesmo com a maior atuação na vice-presidência. Além disso, sua composição mostra-se cada vez mais fragmentada, analogamente a isso, cresce as incertezas e dificuldades nas tomadas de decisões.

Destaca-se também a importância que a base governista dá para fortalecer apoios e formações de coalizões dentro desse cenário. Ao longo dos 14 anos de governo PT, a participação da coalizão manteve-se acima de 50%, com queda apenas nos anos de eleições, em decorrência da pouca relevância que os Senadores dão em ocupar os cargos e no período do impeachment da presidenta Dilma. Igualmente, no mandato de Temer, é acentuando o grau dessas coalizões partidárias, com média de 60%. Fica claro, o ambiente de defesa de interesses e a notoriedade que a CRE possui para os governos.

Evidencia-se ainda que a comissão não tem despertado a *expertise* dos senadores, pois estes permanecem em média 4,4 anos, pouco mais da metade de um mandato de Senador completo (8 anos). Somado a isso, maioria não passa de 2 anos na comissão. Essa baixa permanência entra em desacordo com a teoria informacional e pode ser explicada pelo poder e controle que os líderes partidários tem sobre estes. Dessa forma, a ocupação da CRE parece seguir mais os preceitos de defesa dos interesses partidários do que a busca de criação de *expertise*, se aproximando do apontado pelo modelo partidário de comportamento legislativo.

Além disso, é de verificar a expressiva dominância do sexo masculino na composição da comissão. Apesar da entrada feminina na política ser recente, a frequência destas ao longo dos anos sofreu pouquíssima alteração, denotando que a equidade está muito longe de ser alcançada. É de se preocupar que ao longo das 4 legislaturas, os espaços de presidência e vice, não foram preenchidos nenhuma vez por mulheres, condizendo com a literatura que retrata a CRE como um ambiente de pautas ligadas aos homens, e devido ao estereótipo de “cuidadora”, “empática”, seja direcionado a elas lugares que retratem dessa política social, saúde ou que envolva crianças, enquanto que aos homens a responsabilidade de atuar na política, economia, e temáticas ligadas ao “masculino”. Ou seja, é notável que, apesar de haver um interesse retraído nos números de mulheres frequentando esses espaços, não há uma qualidade efetiva para a permanência desse público. Assim sendo, observa-se que, apesar da mulher ter se inserido em espaços que antes era excluída, esta, permeia por uma luta diária para que permaneça nesses locais e tenha voz ativa, oportunidades e igualdade de direitos.

Outrossim, nota-se sobre o prisma dos tipos de mandatos, que a CRE é majoritariamente composta por titulares, havendo apenas uma exceção de uma frequência alta de suplentes, o que pode estar relacionado com uma alta entrada de suplentes no período. Ainda assim, a comissão se mostra como um centro de interesses por suas temáticas. Ademais, os dados denotam que os parlamentares residem no primeiro e

segundo mandato, o que inicialmente, trouxe uma preocupação por ser um cenário ocupado por parlamentares “inexperientes”, que não possuíam *expertise*, mas o estudo demonstra que apesar de serem senadores com pouco tempo de mandato na Casa, a sua maioria possuía experiência prévia em esferas Legislativa e/ou Executiva.

Por fim, o perfil do parlamentar da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, é homem, com faixa etária acima de 60 anos, possuindo formação educacional superior, e geralmente um advogado, professor ou empresário. De certo, a idade age como uma proxy da experiência, pois traz a sensação de ser um parlamentar com muitos anos de carreira, seja política, ou profissional, e o mesmo estaria mais apto a ocupar o cargo, como efeito, se inclinaria a atuar em comissões mais relevantes dentro do Senado. Além disto, vale destacar que não há uma escolha de profissionais vinculados a área da temática da comissão, o que se observou foi, uma nomeação ligada a experiência prévia política.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, O. O. Os Atores-Chaves no processo decisório no âmbito das comissões permanentes. **E-legis**, Brasília, n. 12, p. 137-152, set/dez 2013.

ALMEIDA, A. Do plenário às comissões: mudança institucional na Câmara dos Deputados. In: PERLIN, G, SANTOS, M.L. *Presidencialismo de coalizão em movimento*. Brasília: Edições Câmara, 2019

ARAÚJO, P.M. A Câmara Alta no presidencialismo brasileiro: o desempenho legislativo do Senado entre 1989 e 2000. In: LEMOS, L. B. (Org.). *O Senado Federal brasileiro no pós-constituente*. Brasília: Senado Federal; Unilegis, 2008

COX, G.W. & MCCUBBINS, M.D. 1993. *Legislative leviathan: party government in the house*. Berkeley: University of California Press.

IZUMI, M.Y. Governo e Oposição no Senado Brasileiro (1989-2010). *Dados*, v. 59, n.1, 2016

KREHBIEL, K. 1991. *Information and legislative organization*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.

LEMOS, L. B.; LLANOS, M. O Senado e as aprovações de autoridades: um estudo comparativo entre Argentina e Brasil. In: LEMOS, L. B. (Org.) *O Senado Federal brasileiro no pós-constituente*. Brasília: Senado Federal; Unilegis, 2008

LEMOS, L.B.; RANINCHESKI, S. Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário e da Comissão de Justiça e Cidadania na década de 1990. In: LEMOS, L. B. (Org.). *O Senado Federal brasileiro no pós-constituente*. Brasília: Senado Federal; Unilegis, 2008

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova**, São Paulo, n. 44, p. 81-106, 1998.

LLANOS, M.; NOLTE, D. Bicameralism in the Americas: around the extremes of symmetry and incongruence. *The Journal of Legislative Studies*, v. 9, n. 3, p. 54-86, 2003.

MAYHEW, D.R. 2004. *Congress: the electoral connection*. New Haven: Yale University Press

MELO, N.M.L. & BATISTA, M. Diferentes, mas iguais? Padrões de disciplina partidária na Câmara e no Senado. *Revista Política Hoje*, v. 21, n.1, 2012

NEIVA, P. Os poderes dos Senados de países presidencialistas e o caso brasileiro. In: LEMOS, L. (Org.). *O Senado Federal brasileiro no pós-constituente*. Brasília: Senado Federal; Unilegis, 2008.

_____. Senado brasileiro: um conselho de anciãos? *Revista de Informação Legislativa*, v. 47, n. 187, p. 269-279, 2010.

_____. Coesão e disciplina partidária no Senado Federal. *Dados*, v. 54, n. 2, p. 289-318, 2011^a

_____. Disciplina partidária e apoio ao governo no bicameralismo brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, p. 183-196, 2011b.

NEIVA, P.; IZUMI, M. Os doutores da Federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 41, p. 171-192, 2012

NEIVA, P.; SOARES, M. Senado brasileiro: Casa Federativa ou Partidária? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 81, p. 97-115, 2013

PARO, João Pedro. Sistema brasileiro de comissões parlamentares. **E-legis**, Brasília, n. 15, p. 28-45, set./dez. 2014

PEREIRA, F.S. Comissões Permanentes e perfil parlamentar: análise sociopolítica das comissões temáticas de fiscalização e controle do Senado brasileiro (1993 - 2018). *Caos – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n.23, 2019

PERLIN, Giovana Dal Bianco. Sub-representação feminina no sistema de comissões parlamentares: um indicador da exclusão das mulheres do jogo político. **Edições Câmara**, Brasília, p. 459-479, 2019.

RICCI, P. A produção legislativa de iniciativa parlamentar no Congresso: diferenças e similaridades entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. In: LEMOS, L. B. (Org.). *O Senado Federal brasileiro no pós-constituente*. Brasília: Senado Federal; Unilegis, 2008.

RUBIATTI, B. C. Sistema de resolução de conflitos e o papel do Senado como câmara revisora no Bicameralismo Brasileiro, **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.23, p. 35-74, 2017.

RUBIATTI, Bruno de Castro. Os estudos legislativos no Brasil: agendas de pesquisa. Caos – **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 23, p 12-35, jul./dez. 2019.

SANTOS, Fabiano. Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 237-264, 2002.

SOUZA e SILVA, J. N. A. A Comissão De Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) no Senado Brasileiro: Um Estudo Sobre Sua Composição (2005-2018) Caos – **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n.23, 2019.